ANAIS

XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo XI Colóquio Nacional Cultura e Poder X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades VI Simpósio Regional da ABHR/Sul

> Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)

> > Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

GT – (Radicalização Conservadora: o ativismo religioso e os novos desafios ético-políticos profissionais)

A Relação Entre Valores Religiosos e a Formação em Serviço Social: Análise do Conservadorismo na Contemporaneidade

Patrícia Vicente Dutra ¹

Resumo: O presente texto visa promover o debate sobre o crescimento do conservadorismo na sociedade brasileira, analisando suas repercussões na formação profissional do assistente social. O estudo analisa como princípios religiosos, enquanto expressões ideológicas, tensionam o projeto ético-político da profissão, que se orienta por valores democráticos e pela defesa intransigente dos direitos humanos. A presente discussão tem como base a tese de doutoramento da autora que investigou a temática em estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). Os resultados da referida pesquisa indicam que, embora a escolha inicial pelo curso seja frequentemente influenciada por uma visão de caridade atrelada a valores religiosos, o processo formativo, alicerçado na teoria social crítica, promove uma significativa ressignificação e queda na influência desses valores. Conclui-se que o fortalecimento do projeto ético-político e de uma formação profissional laica e crítica são estratégias centrais de enfrentamento ao avanço conservador, contribuindo para a defesa do estado democrático e para a construção de uma sociedade emancipada. Este trabalho espera poder contribuir com a reflexão sobre os desafios e as estratégias de resistência no âmbito do Serviço Social frente às ofensivas neoliberais e neoconservadoras.

Palavras-Chaves: Serviço Social. Formação Profissional. Conservadorismo.

INTRODUÇÃO

A conjuntura brasileira contemporânea é marcada por profundas contradições, expressas no avanço de políticas neoliberais que acirram a "questão social" e fortalecem correntes neoconservadoras. Este cenário de acirramento da luta de classes impõe desafios a todas as esferas da vida social, inclusive ao universo da formação e do exercício profissional. O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, sente diretamente os rebatimentos dessa ofensiva.

Historicamente, a gênese da profissão no Brasil esteve atrelada à Doutrina Social da Igreja Católica, funcionando como um instrumento da classe dominante para a gestão da pobreza e a manutenção da hegemonia ideológica. A formação profissional, naquele momento, não se distinguia da formação moral e religiosa, orientada para a harmonia social e o controle da classe trabalhadora (SILVA, 2003). A profissão surge, portanto, como resposta às necessidades de um Estado em reconfiguração.

O processo de renovação do Serviço Social, contudo, representou um movimento de ruptura com essa herança conservadora, aproximando a categoria da tradição marxista e

Doutora em Serviço Social e Polítca Social /UEL; Assistente social na Defensoria Pública do estado do Paraná.



dos movimentos sociais. Essa virada histórica foi fundamental para a construção de um novo projeto profissional. Foi a partir desse acúmulo que se consolidou o projeto ético-político da profissão, que se materializa no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão.

Conforme aponta Netto (2011), o redimensionamento do Estado brasileiro foi o que possibilitou o surgimento da profissão, articulado à busca da Igreja Católica por recuperar sua hegemonia ideológica. Essa origem marca indelevelmente a trajetória da categoria, tornando a luta pela laicidade um componente permanente de sua afirmação enquanto área de conhecimento e prática profissional crítica e comprometida com a classe trabalhadora.

A "questão social" é entendida aqui da seguinte forma: "[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 77)".

O projeto societário defendido pela categoria postula a defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia, em radical oposição ao autoritarismo. A materialização desse projeto, no entanto, ocorre em meio a um contexto de forte tensão, onde o neoconservadorismo ressurge e se moderniza, inclusive no interior da categoria profissional e dos espaços de formação, como indicam diversas pesquisas.

É justamente neste cenário que a análise da influência de valores e princípios religiosos na formação em Serviço Social se torna crucial. A tese de doutoramento da autora oferece um material empírico valioso para compreender como essa contradição se manifesta concretamente entre os estudantes. A análise de seus dados permite descortinar as tensões entre a visão de mundo religiosa, frequentemente alinhada ao conservadorismo, e os fundamentos críticos do projeto de formação.

O objetivo deste artigo é, portanto, analisar a relação entre os valores religiosos dos estudantes de Serviço Social e os desafios postos pelo avanço do conservadorismo. Busca-se compreender como a formação profissional tem atuado na desconstrução de visões de mundo alienadas e na afirmação de um projeto profissional crítico.

O estudo da religiosidade neste contexto não pode ser marginalizado, pois, como afirma Netto, "a esfera da religiosidade (ou, menos frequentemente, da superação da carência religiosa) constitui componente ineliminável" (NETTO, 2005 apud SIMÕES NETO, 2005, p. 11). A análise crítica dessa esfera é fundamental para a defesa do projeto ético-político e da laicidade do Estado.



A pertinência deste debate se ancora na necessidade de refletir sobre as estratégias de enfrentamento ao conservadorismo. A formação profissional em Serviço Social, ao promover a crítica radical à sociedade capitalista e ao se alinhar às lutas dos setores progressistas, se posiciona como um espaço de resistência e construção de uma nova sociabilidade.

Em resposta à histórica requisição social, bem como às finalidades, objetivos, valores e princípios com direção ética e política da profissão, os assistentes sociais brasileiros possuem o compromisso com a classe trabalhadora e os processos emancipatórios na perspectiva de uma sociedade igualitária (CFESS, 2006).

A análise que se segue buscará demonstrar que, apesar da forte presença de valores conservadores na sociedade, o processo formativo em Serviço Social, quando fundamentado na teoria social crítica, possui a potencialidade de promover uma ruptura com essa visão de mundo, capacitando futuros profissionais para a defesa da democracia e dos direitos humanos.

A RELAÇÃO ENTRE VALORES RELIGIOSOS E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DO CONSERVADORISMO NA CONTEMPORANEIDADE

A análise da influência de valores religiosos na formação em Serviço Social exige, sob uma perspectiva materialista, a compreensão da própria natureza da profissão e de seu projeto ético-político. O Serviço Social não é uma vocação ou missão, mas uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, surgida na sociedade capitalista como uma das estratégias do Estado e da burguesia para o enfrentamento das múltiplas expressões da "questão social". Conforme lamamoto e Carvalho (2008), a questão social expressa a contradição fundamental entre capital e trabalho.

Essa gênese, intrinsecamente ligada à necessidade de controle da classe trabalhadora, foi mediada pela ideologia da Igreja Católica, que via na profissão uma forma de divulgar sua doutrina social e conter o avanço das lutas operárias. A ideia de "ajuda aos pobres" e "caridade", portanto, não era neutra, mas carregada de um conteúdo ideológico que visava a harmonia social sob a égide da classe dominante (SILVA, 2003). Esta base conservadora é um elemento estrutural que a profissão busca superar continuamente.

O profissional de Serviço Social, como bem aponta Iamamoto (2015), é antes de tudo um trabalhador assalariado. Ele vende sua força de trabalho e está submetido às mesmas relações de exploração que a classe trabalhadora como um todo. Essa condição material é o



ponto de partida para entender as complexidades e contradições de sua prática cotidiana.

Nesse contexto, muitos estudantes escolhem o curso de Serviço Social influenciados por valores religiosos, pela ideia de caridade e ajuda (DUTRA, 2023). Essa motivação inicial, analisada criticamente, pode ser compreendida como uma expressão de uma consciência ainda alienada, que percebe os problemas sociais (pobreza, violência) como questões morais ou espirituais, e não como produto das relações sociais de produção capitalistas.

A busca por uma profissão para "ajudar ao próximo" reflete uma leitura da realidade mediada pela ideologia dominante, que individualiza e moraliza as expressões da questão social. É uma compreensão que desconsidera as determinações estruturais da desigualdade. A própria autora, em trabalhos anteriores, já havia apontado essa tendência, mostrando que a motivação da "ajuda ao próximo" era recorrente entre profissionais (DUTRA, 2017).

Estudos sobre o perfil discente do Serviço Social no Brasil indicam uma marcante e histórica hegemonia feminina, característica que atravessa a trajetória da profissão desde sua origem. Este predomínio do gênero feminino não é um dado isolado, mas se articula com a origem social das estudantes e com a imagem da profissão, frequentemente associada ao campo do cuidado. A análise desse perfil revela como marcadores de gênero, classe e religião se entrelaçam e influenciam a escolha profissional (SIMÕES, 2009).

Por isso, conforme mostrado na tese da autora, a garantia da permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior público federal é um objetivo central do Estado brasileiro na busca pela democratização da educação. Por meio de políticas de assistência estudantil, busca-se minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais que historicamente dificultam a conclusão de cursos. Tais programas são estratégias fundamentais para promover a inclusão social e reduzir as taxas de evasão, consolidando o direito à educação como um pilar para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2010).

Pois bem, o projeto ético-político do Serviço Social, consolidado a partir da década de 1980, representa um movimento contra-hegemônico a essa herança. Ele se fundamenta na teoria social crítica, adota uma perspectiva de totalidade e se alinha explicitamente à luta da classe trabalhadora. Seus princípios, como a "defesa intransigente dos direitos humanos" e o "compromisso com a equidade e a justiça social" (BARROCO e TERRA, 2012), são radicalmente opostos à visão de mundo conservadora.

Este projeto não é apenas um conjunto de normas, mas uma direção social e



política para a profissão. Ele exige do profissional uma competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para uma análise crítica da realidade (ABEPSS, 1996). É, em sua essência, um projeto de intervenção na realidade para transformá-la.

A formação profissional, orientada pelas diretrizes da ABEPSS, torna-se, assim, um campo de batalha ideológico. É o espaço onde os estudantes, muitos chegando com uma visão de mundo religiosa e conservadora, são confrontados com a crítica radical à sociedade capitalista. A pesquisa de Dutra (2023) oferece evidências empíricas deste processo.

Um dos dados mais significativo apontado pela tese é a "significativa queda no sentido atribuído a valores e princípios religiosos ao longo do processo formativo" (DUTRA, 2023, p. 9). Este achado é de suma importância. Ele sugere que o contato com a teoria social crítica, a análise da história da profissão e o debate sobre as expressões da questão social promovem uma verdadeira metamorfose na consciência dos estudantes.

Os dados apresentados na tese são eloquentes. A pergunta "Sua religião/crença te ajudou a decidir cursar Serviço Social?" recebe 42,9% de respostas afirmativas no 1º semestre, caindo para apenas 7,4% entre os estudantes dos últimos semestres (DUTRA, 2023, p. 52-54). Isso demonstra o impacto do processo formativo.

Essa transformação não é um processo tranquilo, mas permeado por tensões. A pesquisa demonstrou que alguns estudantes abandonam o curso por não conseguirem conciliar seus preceitos religiosos com os conteúdos ministrados, especialmente aqueles que fazem a crítica ao papel histórico da Igreja (DUTRA, 2023, p. 98). Este fato evidencia a profundidade do confronto ideológico.

Para aqueles que permanecem, o processo é de reconstrução de valores. Eles "demonstraram conseguir refletir sobre a temática dos direitos humanos para além de concepções conservadoras e religiosas, mas a partir de um movimento de busca reflexiva com base no proposto pelo projeto ético-político profissional" (DUTRA, 2023, p. 9). Isso é a realização do objetivo da formação.

A discussão sobre temas como a descriminalização do aborto exemplifica essa mudança. Uma estudante relata: "No começo do curso eu achava meio estranho, porque eu sou contra o aborto, mas com o passar do tempo [...] eu acho que a legalização do aborto tem que ser permitida" (Estudante 2 apud DUTRA, 2023, p. 112). A estudante passa de uma opinião pessoal/moral para uma análise de política pública e de direito sobre o próprio corpo.

Outra estudante, ao refletir sobre o tema, afirma que, como profissional, não poderia impor sua visão religiosa, dizendo "olha, Deus não quer isso", mas sim apresentar "os



direitos dela sobre as políticas existentes" (Estudante 7 apud DUTRA, 2023, p. 115). Esta é a distinção fundamental entre uma prática baseada no moralismo e uma prática profissional ética e laica.

É importante destacar que a posição do Conselho Federal de Serviço Social sobre a interrupção da gravidez transcende a esfera moral, tratando-a como uma questão de saúde pública e uma expressão da questão social. A entidade se posiciona de forma contrária à criminalização do aborto, compreendendo que a legislação punitivista penaliza majoritariamente as mulheres pobres, negras e trabalhadoras. A defesa da laicidade do Estado e da autonomia das mulheres são princípios norteadores para a atuação profissional frente a esta temática (CFESS, 2020).

Essa capacidade de separar a convicção pessoal da obrigação profissional é um dos pilares da laicidade. O Estado, e por extensão os serviços públicos e os profissionais que nele atuam, não podem ser guiados por dogmas religiosos. A formação em Serviço Social, ao insistir nesta separação, cumpre um papel democrático fundamental.

A crítica ao conservadorismo religioso não significa, contudo, um ataque à fé individual, mas sim ao uso da religião como instrumento de poder e controle social, que historicamente tem servido para justificar opressões. A pesquisa de Pinheiro (2010) já analisava as complexas relações entre Serviço Social, religião e movimentos sociais, mostrando as disputas nesse campo.

O avanço do neoconservadorismo na sociedade, impulsionado por setores religiosos fundamentalistas, torna esse debate ainda mais urgente. Como aponta Pinheiro (2015, p. 196), há uma "tensão entre o projeto historicamente defendido pela categoria, que postula, dentre outros elementos, a defesa dos direitos humanos, e o atual contexto neoconservador".

Essa tensão reflete a luta de classes na esfera das ideias. O projeto ético-político é um instrumento nessa luta. A formação profissional é o espaço onde os futuros profissionais dessa trincheira são forjados, aprendendo a manejar as ferramentas da crítica para intervir na realidade de forma qualificada.

O relato de uma estudante que se sentia culpada na Igreja e só se sentiu fortalecida em sua luta por direitos em religiões de matriz africana é simbólico. Ela afirma que, para si, "seria muito contraditório" ser católica e assistente social, mas vê como "complemento ser macumbeira e ser assistente social, porque todas as pessoas que eu conheço da religião são de luta" (Estudante 4 apud DUTRA, 2023, p. 100-101).



Isso demonstra que a relação com o sagrado não é monolítica e que diferentes expressões religiosas podem se alinhar ou se chocar com um projeto emancipatório. A análise, portanto, não pode ser generalizante, mas deve sempre considerar as determinações materiais e históricas de cada processo.

A questão da intolerância religiosa, também abordada na tese, revela outra faceta do conservadorismo. O fato de as religiões de matriz africana serem as principais vítimas de racismo religioso (FONSECA, 2020) está diretamente ligado ao racismo estrutural da sociedade brasileira. A luta antirracista e a luta pela liberdade religiosa são, portanto, indissociáveis da defesa do projeto ético-político.

As práticas de intolerância religiosa são um conjunto de ideologias e atos ofensivos que violam a dignidade humana e o direito à liberdade de crença, sendo frequentemente direcionadas a grupos religiosos não hegemônicos. Essas ações, que podem ser consideradas crimes de ódio, resultam da incapacidade ou da recusa em reconhecer e respeitar a diversidade de crenças e liturgias. O enfrentamento a essa violência passa pela afirmação do Estado laico e pela educação para o respeito à pluralidade (NOGUEIRA, 2020).

O desafio, como aponta Bonfim (2015), é que os profissionais carregam consigo os valores de nossa formação sócio-histórica conservadora, que muitas vezes colidem com os princípios da profissão. A formação continuada e o fortalecimento das entidades da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS) são essenciais para enfrentar esse desafio.

A reafirmação constante do projeto ético-político é a principal estratégia de resistência (TEIXEIRA e BRAZ, 2009). É um projeto em permanente construção e disputa, que exige vigilância e compromisso militante de cada assistente social.

A experiência dos estudantes da UNILA, um espaço de diversidade cultural e nacional por excelência, enriquece essa análise. A presença de estudantes de diversas nacionalidades latino-americanas mostra que essas contradições não são exclusivas do Brasil, mas se inserem em um contexto continental de luta contra o imperialismo e as heranças coloniais.

A própria existência da UNILA, uma universidade criada com o propósito da integração, representa um projeto progressista. Os desafios enfrentados pela instituição, como a falta de professores, relatado pelos estudantes na pesquisa, são também reflexos das políticas neoliberais de desmonte da educação pública.

Portanto, a análise dos dados da tese permite ir além da superfície da religião como fenômeno. Ela revela as contradições de classe, a luta ideológica e o papel da formação



profissional como espaço de produção de consciência crítica e de resistência ao avanço do conservadorismo.

A queda na influência religiosa ao longo do curso não é um processo de "perda da fé", mas de ganho de criticidade. É a passagem de uma compreensão idealista e moralista da realidade para uma compreensão materialista e histórica. Este é o maior triunfo do processo formativo em Serviço Social.

É a materialização da práxis: a unidade indissolúvel entre teoria e prática, onde a reflexão crítica sobre a realidade impulsiona uma ação transformadora. A formação em Serviço Social, em seus melhores momentos, é um convite a essa práxis.

Os desafios permanecem imensos. O neoconservadorismo está entrincheirado em diversas instituições e na cultura popular. No entanto, a educação crítica é uma ferramenta poderosa na disputa de hegemonia e na construção de um futuro mais justo e emancipado.

CONCLUSÃO

A análise empreendida neste artigo, permite retomar e refletir sobre as questões norteadoras propostas. A trajetória dos estudantes de Serviço Social, marcada pelo tensionamento entre valores religiosos e a formação crítica, serve como um microcosmo para compreender as disputas mais amplas que atravessam a sociedade brasileira e ameaçam seus fundamentos democráticos. O percurso desses estudantes oferece subsídios para responder às indagações sobre os retrocessos democráticos, as formas de estudo dessas experiências e as estratégias de enfrentamento.

O avanço do neoconservadorismo, frequentemente articulado a um fundamentalismo religioso, representa um ataque direto à laicidade do Estado, um pilar da democracia. Quando profissionais, seja no sistema de justiça, na saúde ou na assistência social, pautam suas ações em dogmas religiosos em detrimento dos princípios éticos e legais, a esfera pública é capturada por interesses privados e morais, minando a universalidade dos direitos. A tentativa de impor uma moralidade religiosa sobre questões como os direitos reprodutivos e os direitos da população LGBTQIAPN+ é a negação do pluralismo e da autonomia, caracterizando um claro retrocesso democrático (BONFIM, 2015).

Dados da realidade (DUTRA 2012, 2017, 2023), ao se debruçarem sobre a realidade empírica com rigor metodológico, produzem conhecimento crítico que transcende o senso comum. Elas demonstram que o estudo desse tema não pode se restringir a uma análise de crenças individuais, mas deve situá-los na totalidade das relações sociais, políticas e



econômicas. O estudo da influência religiosa no Serviço Social, por exemplo, revela as contradições ideológicas da sociedade capitalista e as disputas de projetos societários (QUINTÃO, 2012).

As estratégias de enfrentamento do conservadorismo, por sua vez, encontram sua resposta central na reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social e no fortalecimento de uma formação profissional radicalmente crítica e laica. A pesquisa analisada demonstra que a formação, quando fundamentada na teoria social crítica, é uma potente ferramenta de desconstrução de visões de mundo alienadas e conservadoras. A pesquisa mostrou que a significativa queda na influência religiosa ao longo do curso não é um acaso, mas o resultado de um projeto pedagógico direcionado.

A principal estratégia de enfrentamento, portanto, é a aposta na formação como práxis libertadora. Isso implica a defesa intransigente da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, como espaço de produção de conhecimento crítico e de formação de sujeitos capazes de analisar e intervir na realidade. Significa, também, a valorização de um corpo docente qualificado e comprometido com um projeto de sociedade emancipado.

Outra estratégia fundamental é o fortalecimento das entidades organizativas da categoria profissional, como o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS. São esses os espaços coletivos de formulação política, de resistência às pressões do mercado e do conservadorismo, e de defesa do projeto ético-político (TEIXEIRA e BRAZ, 2009). A participação e o compromisso dos profissionais e estudantes com essas entidades são cruciais.

A aliança com os movimentos sociais e com a luta mais geral da classe trabalhadora é outra dimensão indispensável do enfrentamento. O Serviço Social não luta sozinho. Sua força reside na capacidade de se articular com os sujeitos coletivos que lutam por outra ordem social, livre da exploração e da opressão (IAMAMOTO, 2015). A defesa da democracia passa, necessariamente, pela organização e mobilização popular.

Neste sentido, a persistência do fenômeno religioso na modernidade pode ser compreendida para além do declínio das práticas institucionais, pois as necessidades humanas fundamentais que a religião busca responder não se esgotam. Em momentos de crise, sofrimento ou diante dos limites da técnica e da ciência, as buscas por sentido e consolo reativam o impulso religioso. Desta forma, a religião não se liquida, mas se rearticula em novas formas, demonstrando sua profunda resiliência na experiência humana (ALVES, 2000).

A análise sociológica do campo religioso na contemporaneidade aponta que a secularização não resulta no desaparecimento da religião, mas em sua metamorfose. Ocorre



uma disjunção entre a experiência do sagrado e as instituições religiosas tradicionais, o que não elimina a crença, mas permite seu ressurgimento sob outras formas, muitas vezes mais individualizadas ou sincréticas. Esse movimento de recomposição do religioso é crucial para entender sua contínua presença na vida social e na subjetividade dos indivíduos (HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009).

Por fim, a conclusão central é que a luta contra o conservadorismo é uma dimensão ineliminável da prática do assistente social. Ela se dá no cotidiano profissional, na recusa em reproduzir práticas moralistas e punitivas; se dá na formação, na defesa de um currículo crítico; e se dá na arena política, na luta por direitos e pela transformação social. A experiência dos estudantes da UNILA, com todas as suas tensões e conquistas, é um testemunho de que, apesar da força da ofensiva conservadora, o projeto de uma sociedade justa e emancipada continua vivo e em disputa. É nesta disputa que o Serviço Social brasileiro se afirma e reafirma seu compromisso histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALVES, Rubem. O que é religião. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de ética do/a assistente social comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e serviço social:** a particularidade da formação moral brasileira e sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 29 de julho de 2010**. Dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS manifesta dia latino-americano e caribenho pela descriminalização e legalização do aborto**. Brasília, DF: CFESS, 2020.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço social: valorize essa profissão!. Brasília, DF: CFESS, 2006.

DUTRA, Patrícia Vicente. Manifestações sociorreligiosas dos Assistentes Sociais e suas repercussões imediatas nas práticas laborais do tempo presente ao oeste do Paraná. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2017.



DUTRA, Patrícia Vicente. **Religião, religiosidade e serviço social:** um estudo sobre a presença da religião e da religiosidade na prática profissional do serviço social na atualidade. 2012. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

DUTRA, Patrícia Vicente. Valores e princípios religiosos de estudantes de serviço social da Universidade Federal de Integração Latino-Americana. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

FONSECA, Alexandre Brasil. Religious intolerance in Brazil: an analysis of the social reality. *In*: ALVES, Rodrigo Vitorino Souza (ed.). **Latin american perspectives on law and religion**. Cham: Springer International Publishing, 2020. p. 95-115.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. Sociologia e Religião: abordagens clássicas. Tradução Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância religiosa. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

PINHEIRO, Lucí Faria. Serviço social, religião e movimentos sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. Serviço social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 15, n. 29, p. 195-220, jan./jun. 2015.

QUINTÃO, Graziela Ferreira. **A questão religiosa no trabalho do assistente social:** fragmentos de uma investigação na atualidade. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVA, Cláudia Neves. A presença de postulados tomistas na gênese do serviço social. **Semina Humanas**, Londrina, v. 24, p. 87-100, set. 2003.

SIMÕES NETO, José Pedro. **Assistentes sociais e religião: um estudo Brasil/Inglaterra**. São Paulo: Cortez, 2005.

SIMÕES, Pedro. Gênero, origem social e religião: os estudantes de serviço social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. *In*: CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Serviço social: direitos**





sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 185-200.

* * * * * *